

OBRAS DE MOBILIDADE URBANA E REMOÇÕES CARENTES: COMO RESOLVER TAIS CONFLITOS EM MEGAEVENTOS ESPORTIVOS – O CASO DA COPA DO MUNDO DE 2014

GABRIELA COSTA DA SILVA¹; ADRIANA PORTELLA³; GISELE PEREIRA³

¹*Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – gs.arq@hotmail.com.br*

³*Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – adrianaportella@yahoo.com.br*

³*Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Administração e Turismo – gisele_pereira@hotmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Megaeventos esportivos são considerados uma oportunidade de lançar profundas transformações urbanas que atendam não só o momento festivo dos jogos, mas que também beneficiem a população residente. Conforme Muñoz (1996), os megaeventos passaram a contribuir para o crescimento do país-sede em maior proporção a partir de 1932, quando as Olimpíadas de Los Angeles utilizaram o momento dos jogos para reerguer sua economia local e trazer melhorias para a população. A partir desse momento, destaca-se o legado, que se refere à capacidade de um país avançar no seu desenvolvimento, com melhorias de infraestrutura urbana, segurança, educação, cultura, sustentabilidade, dentre outros serviços (Rodrigues, 2013).

Em contraposição, sediar um megaevento também pode proporcionar impactos negativos. A falta de planejamento é um dos principais fatores a ser considerado, pois muitas obras não são finalizadas a tempo dos jogos, além de estádios, construídos exclusivamente para o evento, muitas vezes se tornarem subutilizados, contribuindo para que o Governo tenha alto custo para sua manutenção (Preuss, 2008).

Obras de infraestrutura urbana, principalmente associadas à mobilidade, podem gerar a remoção de famílias por conta da alta densidade populacional em centros urbanos, locais onde geralmente ocorrem a duplicação de avenidas e a construção de viadutos, por exemplo. Por conta da falta de espaço para a realização das obras, o processo de realocação de famílias se torna inevitável para a qualificação da cidade. Nesse contexto, faz-se necessária a participação ativa das famílias atingidas desde a realização do levantamento, com a oportunidade de discussão no projeto urbano e habitacional, além dos Direitos Humanos, principalmente o Direito à Moradia Digna, serem respeitados. Todavia, essa situação inexiste na maioria dos países que sediam um megaevento (Almeida, Mezzadri e Junior, 2009).

Assim, o problema da pesquisa está relacionado às remoções de pessoas considerando a forma com que elas foram, e ainda estão sendo em 2016, retiradas de suas residências, devido às obras de mobilidade urbana e à infraestrutura planejadas para os jogos da Copa do Mundo de 2014 no Brasil, e até hoje em execução. As remoções ocorreram em todas as cidades-sede, principalmente em áreas próximas aos estádios, para dar espaço à duplicação de avenidas, trincheiras, viadutos e ampliação de aeroportos (Rolnik, 2014), totalizando a remoção de 250 mil pessoas no Brasil (ANCOP, 2014).

Assim, tem-se como objetivo geral deste estudo investigar a percepção de diferentes grupos de usuários (removidos e não-removidos) quanto à Copa de

2014 na cidade de Porto Alegre, a fim de identificar qual o legado deixado pela Copa para a população como um todo.

2. METODOLOGIA

Porto Alegre foi selecionada como estudo de caso por: (i) ter tido obras relativas à mobilidade urbana, que desencadearam remoções em diferentes pontos da cidade e (ii) ser a terceira cidade com maior número de remoções do país. O recorte da área de estudo focou na Avenida Tronco, cuja obra de duplicação ocasionou a remoção de 1.525 famílias (6.860 pessoas). A metodologia empregada adotou os seguintes métodos de coleta de dados: (i) entrevistas com funcionários da Prefeitura da cidade envolvidos no projeto da avenida, (ii) questionários aplicados a população não removida, (iii) grupo focal com pessoas removidas, e (iv) análise de reportagens vinculadas pela mídia para divulgar o megaevento.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultados finais, as pessoas atingidas pelas remoções não se manifestaram contra a Copa do Mundo, mas sim contra a maneira com que as remoções foram e ainda estão sendo realizadas, já que a duplicação da Avenida Tronco não foi finalizada para a Copa, e as obras continuam ocorrendo. Os moradores declararam como aspectos negativos: (i) falta de respeito e diálogo com o Departamento Municipal de Habitação, (ii) falta de participação das comunidades atingidas, (iii) baixos valores oferecidos pelos Programas do Governo para as indenizações, (iv) pressão psicológica por parte do Departamento Municipal de Habitação para aceitar Programas do Governo (aluguel social e bônus moradia), (v) sem previsão para a construção das unidades habitacionais no bairro, (vi) aumento da violência no bairro, (vii) aumento de transmissores de doenças no bairro por conta dos escombros das residências demolidas não retirados, (viii) possibilidade de compra de uma nova moradia (a partir da indenização ou bônus moradia) ou aluguel (a partir do aluguel social) somente em lugares afastados e (ix) benefícios para a população de maior poder aquisitivo, como usufruir das melhorias da duplicação da Avenida Tronco.

Levando em consideração os depoimentos dos moradores da Avenida Tronco, as remoções em Porto Alegre não foram guiadas dentro dos Direitos Humanos, principalmente o Direito à Moradia, conforme estabelecidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948), Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) e Estatuto da Cidade (2001). Destaca-se que os problemas associados às remoções já haviam ocorrido no Brasil nos jogos da Copa do Mundo de 1990 e nos jogos do Pan Americanos em 2007. Para a Copa de 2014 o Brasil poderia ter dado maior atenção a esses problemas, objetivando um legado social.

Em contraposição, conforme as entrevistas realizadas com os servidores da Prefeitura, o processo de remoção na Avenida Tronco aconteceu de forma a garantir os Direitos Humanos. Os moradores tiveram voz ativa na participação do projeto viário e habitacional em reuniões com os líderes das comunidades. Além disso, não houve nenhuma remoção forçada, pois as famílias tinham o direito de escolher entre as opções de reassentamento e se queriam aderir ao Programa do Governo Federal a partir do bônus moradia ou aluguel social. As entrevistas com os servidores identificaram a propagação de uma imagem positiva quanto ao êxito do megaevento, exibindo o projeto habitacional como o principal legado da Copa

do Mundo de 2014 em Porto Alegre. Tal fato é contraditório com as afirmações adquiridas com os moradores da Avenida Tronco, que não identificaram impactos positivos na qualidade de suas vidas.

Essa imagem positiva frente do êxito do megaevento também esteve presente no levantamento de reportagens e imagens, sendo predominante nos seguintes aspectos: (i) satisfação dos usuários quanto à Copa do Mundo de 2014, (ii) organização quanto à Copa do Mundo no Brasil, (iii) organização quanto à Copa do Mundo em Porto Alegre, (iv) percepção quanto às obras de melhorias em Porto Alegre, (v) avaliação quanto à Copa do Mundo em Porto Alegre durante os jogos, (vi) avaliação quanto à preparação de Porto Alegre para a chegada das pessoas ao estádio, (vii) divulgação de Porto Alegre como lugar turístico, (viii) satisfação do usuário quanto à FIFA 'Fan Fest', (ix) avaliação quanto às obras no entorno do estádio Beira-Rio e (xi) importância atribuída às manifestações.

Embora em menor proporção, os impactos negativos também estiveram presentes na mídia, principalmente nos jornais, nas revistas e na *internet*, tendo como principais assuntos debatidos: (i) a violação dos direitos humanos e direito à moradia em frente às remoções, (ii) a falta de planejamento e organização dos jogos e (iii) os altos investimentos a partir do dinheiro público que resultaram em (iv) manifestações.

Destaca-se que a mídia possibilitou que as pessoas tivessem conhecimento sobre os problemas associados à Copa do Mundo de 2014 e não apenas aos aspectos positivos, como os eventos da FIFA *Fan Fest* e as partidas de futebol. Todavia, as pessoas terem conhecimento dos impactos negativos não influenciou na percepção da população não removida quanto ao êxito do megaevento. Os dados obtidos dos questionários respondidos por 166 pessoas indicaram que 66,9% da amostra avaliaram positivamente a Copa do Mundo e a caracterizaram como organizada. Além disso, 87,5% dos usuários avaliaram o megaevento em Porto Alegre durante os jogos de maneira positiva. Entretanto, ainda que a Copa do Mundo tenha sido considerada organizada e positiva pela maioria dos respondentes, 34,9% dos respondentes classificaram as obras na cidade de Porto Alegre negativas por conta dos atrasos e desvio de verba, 41% dos respondentes citaram maiores gastos com estádios a partir da escolha de 12 cidades-sede e 26,5% concordaram que o alto custo para realizar a Copa do Mundo pode ocasionar uma crise econômica.

Levando em consideração todos os dados adquiridos, pode-se concluir que um megaevento pode trazer impactos positivos na vida da população independente da classe social. Entretanto, favorecer as pessoas mais vulneráveis depende se um legado social, associado ao respeito diante dos Direitos Humanos. Para a Copa do Mundo de 2014, notou-se a falta de prioridade em atender as famílias atingidas por obras de infraestrutura. Em Porto Alegre, o estudo de caso da Avenida Tronco confirmou situações que aconteceram também nas demais cidades, contribuindo para a inexistência de um legado social. Esse impacto negativo em conjunto de demais aspectos que podem ou não trazer benefícios para a população são divulgados pela mídia, meio em que as pessoas têm conhecimento de tais fatos. A consciência sobre os impactos ocorridos em função de um megaevento pode ou não influenciar na sua percepção quanto ao sucesso do mesmo. Entretanto, para que percepção quanto ao êxito de um megaevento seja positiva é necessário que haja um propósito maior do que o momento festivo, contribuindo para que os jogos proporcionem um legado sustentável e que atenda a população independente da classe econômica.

4. CONCLUSÕES

Por fim, espera-se que os resultados adquiridos nesta pesquisa auxiliem debates a respeito das remoções provenientes de megaeventos, bem como assuntos que englobam os Direitos Humanos e Direito à Moradia Adequada. A relação entre megaeventos e desapropriações está aumentando em grandes proporções em função da alta densidade populacional nos centros urbanos. Com isso, a execução de obras de infraestrutura, principalmente associadas à mobilidade urbana, provoca a remoção de famílias, permitindo que novos estudos abordem como o processo de remoção ocorre.

Espera-se que a identificação dos problemas associados ao desrespeito aos Direitos Humanos ante as remoções desperte interesse para novos estudos e que tenham maior abrangência. Como sugestões para as futuras investigações, torna-se interessante verificar o processo de remoção nas outras cidades-sede da Copa do Mundo de 2014, bem como no Rio de Janeiro, que é sede das Olimpíadas de 2016, visto que todas as cidades realizaram obras de infraestrutura urbana que ocasionaram remoções.

Ainda, torna-se interessante verificar o processo de remoção nos futuros megaeventos: Copa do Mundo de 2018 na Rússia e Olimpíadas de 2020 no Qatar. Ambos os países já estão realizando projetos urbanos que podem ocasionar remoções. Logo, uma comparação pode ser feita entre diferentes cidades e/ou países, além dos assuntos debatidos com relação aos Direitos Humanos e Direito à Moradia servirem como referencial.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, B. S.; MEZZADRI, F. M.; JUNIOR, W. M. Considerações sociais e simbólicas sobre sedes de megaeventos esportivos. **Revista Motrivivência**. Santa Catarina, ano XXI, n. 32/33, p. 178-192, 2009.

ANCOP. **Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil**. Brasil, 2014. Acessado em 15 nov. 2015. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/.../ancop_dossie2014_web_bollbrasil.pdf

MUÑOZ, F. **Historic evolution and urban planning typology of Olympic Villages**. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics y de l'Esport, 1996.

RODRIGUES, R. P. Legado para as políticas públicas brasileiras de esporte e lazer: governança interfederativa dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. In: MARCELLINO, N. C. **Legado de megaeventos esportivos**. São Paulo: Editora Papirus, 2013. Cap. 2, p. 19-34.

PREUSS, H. Aspectos sociais dos megaeventos esportivos. In: RUBIO, K. **Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008, Cap. 2, p. 13-36.

ROLNIK, R. **Quem tem lugar nas cidades**. Blog da Raquel Rolnik. São Paulo, 10 mar. 2014. Acessado em 15 jan. 2014. Online. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2015/05/18/o-lugar-da-moradia-popular/>